

COM-3

THE E-GOVERNMENT AND THE NEW CHALLENGES OF THE EUROPEAN SINGLE MARKET.

Nuno Gama de Oliveira Pinto, PhD (Universidade Aberta, Lisboa, Portugal).

Motivating enterprises by provision of e-government services in Europe acts as a powerful incentive for enterprises, in particular for small and medium sized enterprises, to adopt electronic ways of working in their dealings with public administration. A leading example is e-procurement, which facilitates the integration of public administration requirements into the work processes of enterprises and so contributes to building of the European business environment that encourages and supports entrepreneurs and competitiveness.

New needs arise for e-government services in support of this type of cross-border users. The introduction of electronic invoicing systems in public administrations would generate savings both for the public bodies as well as the suppliers interacting with it.

These activities covered by the IDABC work programme since 2005 produce guidelines for the implementation of e-procurement systems. The objective is to contribute to the use of electronic invoices in the public sector according to the i2010 e-government action plan and the e-procurement action plan.

Keywords: European Union; single market; e-government; e-procurement; IDABC programme.

THE E-GOVERNMENT AND THE NEW CHALLENGES OF THE EUROPEAN SINGLE MARKET.

Dada a crescente globalização dos mercados e a significativa mobilidade dos factores de produção, não é possível abordar o conceito de competitividade somente pela existência, ou não, de recursos, já que o que determina a competitividade a prazo é, essencialmente, a forma como esses recursos são utilizados, nomeadamente em termos da obtenção de valor acrescentado.

O *benchmarking*, enquanto porta aberta aos melhores desempenhos e melhores práticas de gestão, poderá revelar-se um excelente instrumento de gestão. Por um lado, procura ajudar as organizações a concentrarem-se mais na obtenção de melhorias significativas e não apenas no simples crescimento, facilitando a identificação dos objectivos a atingir, por outro, propõe-lhes um sistema de avaliação dos próprios processos, tendo em vista uma optimização dos recursos disponíveis e a obtenção de ganhos de produtividade.

Consciente da importância do e-government e do significativo atraso que a União Europeia continua registar neste domínio quando comparada, por exemplo, com os Estados Unidos ou com o Canadá, a Comissão Europeia aprovou um programa que visa apoiar a prestação interoperável de serviços pan-europeus de administração em linha, tendo como destinatários as administrações públicas europeias, as instituições comunitárias, e, também, as empresas e os cidadãos europeus.

O programa IDABC (*Interoperable Delivery of Pan-European e-Government Services to Public Administrations, Business and Citizens*) surge na sequência do programa IDA (*Interchange of Data between Administrations*), mas contempla uma área de intervenção significativamente mais alargada do que aquele. Aos anteriores objectivos previstos no programa IDA é, agora, acrescentado o apoio à criação de serviços administrativos electrónicos pan-europeus para as empresas e para os cidadãos europeus.

Recorde-se que a primeira fase do programa IDA foi lançada em 1995 e pretendia contribuir para a implantação de redes telemáticas em diferentes domínios, como o emprego, a saúde, a agricultura, a estatística e a política de concorrência. Mais tarde, o programa IDA II apoiou a execução de projectos de interesse comum que se destinavam, principalmente, ao desenvolvimento e à implementação de redes

telemáticas ao serviço das políticas comunitárias, relativas, nomeadamente, à concretização da União Económica e Monetária, às áreas da saúde e da defesa do consumidor, e em matéria de transportes.

Os objectivos do programa IDABC

O programa IDABC (que estará em vigor até ao final de 2009) inscreve-se no âmbito das iniciativas eEurope 2005 e i2010, dispondo de um enquadramento financeiro de 148,7 milhões de euros. A interoperabilidade e as normas abertas continuam a ser domínios de acção considerados prioritários, aos quais se acrescentam os novos serviços pan-europeus a criar, estabelecendo como principais objectivos:

- permitir o intercâmbio de informações entre administrações públicas, bem como entre as referidas administrações e as instituições comunitárias;
- facilitar a prestação de serviços pan-europeus às empresas e aos cidadãos, tendo em conta as suas necessidades;
- apoiar o processo comunitário de tomada de decisão e facilitar a comunicação entre as instituições comunitárias, através do desenvolvimento do correspondente quadro de referência estratégico a nível pan-europeu;
- implementar níveis de interoperabilidade entre os diferentes domínios de actuação, com base, nomeadamente, num quadro de referência de interoperabilidade europeu;
- promover a difusão das melhores práticas e incentivar o desenvolvimento de soluções telemáticas inovadoras nas administrações públicas.

A produtividade, a capacidade de resposta e a flexibilidade na criação e no funcionamento dos serviços pan-europeus de administração em linha e das redes telemáticas subjacentes poderão ser conseguidas de forma mais adequada

através da adopção de uma abordagem orientada para o mercado, seleccionando, deste modo, os fornecedores numa base competitiva e num enquadramento de oferta múltipla, assegurando, quando for adequado, a sustentabilidade operacional e financeira das medidas.

Os serviços pan-europeus de administração em linha deverão ser desenvolvidos no contexto de projectos específicos de interesse comum e de medidas horizontais específicas. De modo a promover a sua implementação, foi desenvolvido um programa de trabalho de actualização contínua relativamente a todo o período de vigência previsto, podendo o mesmo ser consultado em <http://www.europa.eu.int/idabc/en/document/5101>.